

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	7
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	9
---	---

Notas Explicativas	10
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	15
--	----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	17
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	18
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	10.000
Preferenciais	0
Total	10.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	10.000	0	0
1.01	Ativo Circulante	10.000	0	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.000	0	0
1.01.08.03	Outros	10.000	0	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	10.000	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	574	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	574	0	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	574	0	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	574	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	9.426	0	0
2.03.01	Capital Social Realizado	10.000	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-574	0	0

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-574	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-574	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-574	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-574	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-574	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-574	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)	-574	0	0

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-574	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-574	0	0

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	574	0	0
6.03.01	Custódia do capital do Banco do Brasil	-10.000	0	0
6.03.02	Empréstimo com partes relacionadas	574	0	0
6.03.03	Integralização de Capital	10.000	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	574	0	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	574	0	0

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.000	0	0	0	0	0
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	10.000	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-574	0	9.426
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-574	0	9.426
5.07	Saldos Finais	10.000	0	0	-574	0	9.426

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Devido a empresa se encontrarr em fase pré -opracional não houve a obtenção de receitas, portando, não houve geração economica de riqueza.



Relatório de Administração - Playbanco Securitizadora S.A.

Aos Acionistas

A administração da Playbanco Securitizadora S.A. em atendimento as disposições legais pertinentes apresentamos o relatório de Administração e as demonstrações financeiras da Companhia em 2020, acompanhada do relatório dos auditores independentes, e informar que a documentação relativa as contas foram apresentadas e estão à disposição dos acionistas a quem a diretoria terá o prazer de apresentar os documentos necessários.

A Companhia, foi constituída em 11 de novembro de 2020 e encontra-se em fase pré-operacional, na qual está realizando estudo e projetos, em processo de negociação em um primeiro momento o nosso projeto de negócio é o de operar com o volume de operações nos montantes de 30 a 100 milhões, e acreditamos que neste ano teremos uma demanda promissora.

São Caetano do Sul, 18 de fevereiro de 2021.

Maxwell Medeiros Fernandes

Ana Cristina Menezes Ramos Soares



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional

A Playbanco Securitizadora S.A com sede em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima, de capital aberto, e foi constituída, nos termos de Estatuto Social, como Companhia em 11 de novembro de 2020.

A companhia tem como objeto social as seguintes atividades: (i) a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito do agronegócio; (ii) a aquisição e securitização de quaisquer direitos de crédito imobiliário e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário; (iii) a aquisição de quaisquer direitos de crédito ou direitos creditórios para fins de securitização, incluindo via a emissão de títulos e valores imobiliários lastreados em tais direitos de crédito ou direitos creditórios; (iv) a emissão e a colocação de forma pública ou privada, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”), Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”) e outros títulos e valores mobiliários lastreados em crédito imobiliário, direitos creditórios do agronegócio e/ou outros créditos ou direitos creditórios; e (v) a



realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com as atividades de securitização mencionadas acima.

A companhia encontra-se em fase pré-operacional e atualmente a manutenção de suas operações dependem dos recursos dos acionistas controladores.

As operações da Securitizadora estão sujeitas a diversos fatores de riscos, tais como:

Riscos de Crédito – Decorre da Securitizadora sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições contábeis depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Riscos de taxas de juros e inflação – Decorre da possibilidade da Securitizadora sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Risco de estrutura de capital – Decorre da escolha entre o capital (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Securitizadora utiliza para financiar suas operações.

No entanto devido a Companhia estar em período pré-operacional, esses riscos são considerados baixos. A Companhia declara que os fatores de riscos serão avaliados subsequentemente quando do início das operações considerando os controles internos e dirigidos à mitigação destes riscos.

Riscos relacionados a COVID-19

Além dos riscos acima mencionados salienta-se os eventuais efeitos sobre as operações futuras em virtude dos efeitos da pandemia decorrentes do surto de coronavírus (COVID-19).

A declaração da pandemia da COVID-19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e municípios seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo.

Seguindo as normas ou recomendações editadas pelas autoridades governamentais, a Companhia também adotou uma política de home office para seus funcionários, os quais em sua grande maioria, na data deste Formulário de Referência, ainda operam de forma remota. Essa política pode afetar negativamente a produtividade e causar outras interrupções nos negócios da Companhia. Não é possível prever as consequências que isso poderia gerar, nem se a Companhia poderá ser obrigada a adotar medidas adicionais em razão da mencionada pandemia.

Adicionalmente, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) redução no nível de atividade econômica, (ii) desvalorização cambial, (iii) diminuição da liquidez disponível no mercado internacional e/ou brasileiro, e (v) atrasos em processos judiciais, arbitrais e/ou administrativos, sobretudo aqueles que não são eletrônicos.

A Companhia acredita, ainda, que a extensão dos impactos da pandemia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, dentre outros, a



duração e a distribuição geográfica do surto, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais usuais podem ser retomadas.

2. Base para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de Conformidade

A autorização para a conclusão e a apresentação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração 18 de fevereiro de 2021.

2.2 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Conforme previsto na Lei nº 9.514/97, as companhias securitizadoras de crédito imobiliário estão obrigadas a manter a contabilidade individualizada por projeto. Dessa forma, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, incluem os saldos relativos à Playbanco Securitizadora S.A, no entanto, até 31 de dezembro de 2020 não possui operações ativas que requeiram divulgação em separado.

2.3 Base de mensuração

As informações das demonstrações financeiras foram preparadas substancialmente com base no custo histórico e custo amortizado, exceto quando mencionado especificamente em outras notas explicativas.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Securitizadora.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras foi preparada de acordo com as normas do CPC, as quais exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas, quando necessário, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no próprio período em quaisquer períodos futuros afetados.



3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil. Em 2020 no ano de constituição da Companhia, não houve a apuração de qualquer tipo de receita operacional. Os custos e despesas da Companhia foram incluídas na apuração do resultado no período em que ocorreram de acordo com o regime de competência.

3.2. Imposto de Renda e Contribuição Social sob o lucro

A Companhia está enquadrada no regime tributário denominado Lucro Real, no entanto não a base para cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

3.3. Distribuição de dividendos

O Estatuto estabelece os dividendos mínimos obrigatórios são de 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com os termos previstos no art. 202 da Lei nº 6.404/76, não houve distribuição de dividendos pois a Companhia se encontra em fase pré-operacional e apresentou prejuízo.

4. Outros créditos – Valores custodiados junto ao Banco do Brasil

O valor se constitui substancialmente pelos valores aportados pelos acionistas, referentes ao capital social da Companhia, e que se encontram custodiados no Banco do Brasil, conforme determina os artigos 80 e 81 da LEI DAS S/A.

5. Outras obrigações de longo prazo

O saldo no montante de R\$ 575 compõe-se substancialmente por valores aportados pelo acionista controlador, para o pagamento de despesas operacionais. Tendo em vista que as operações foram realizadas em datas próximas a 31 de dezembro de 2020, os encargos financeiros não são materiais.

6. Patrimônio Líquido

O capital social da Companhia é de R\$ 10.000 (dez mil reais), dividido em 10 (dez) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O preço de emissão das ações foi no valor de R\$ 1.000 (mil reais). Em 31 de dezembro de 2020 as ações da companhia foram devidamente subscritas. Os Acionistas Fundadores integralizaram o capital social da Companhia em moeda corrente nacional, por meio depósito realizado junto ao Banco do Brasil S.A, tendo em vista as disposições constantes no artigo 80 e 81 da Lei das S.A.



7. Eventos subsequentes

A administração da Companhia revisou até 18 de fevereiro de 2021, e declara não ter o conhecimento de nenhum fato relevante que tenha algum efeito relevante sobre as demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2021.



—
MAXWELL MEDEIROS FERNANDES
PRESIDENTE
CPF: 192.516.428-42

—
ERIKA TAKAHASHI
Reg. no CRC - SP sob o No. 1SP222.898/O-5
CPF: 141.950.188-70

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.

Acionistas e Administradores

PLAYBANCO SECURITIZADORA S.A.

São Caetano – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Playbanco Securitizadora S.A. (Companhia), os quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de 11 de novembro de 2020 (constituição da empresa) e 31 de dezembro de 2020, bem como as correspondentes às notas explicativas, compreendendo as políticas e práticas contábeis e outras informações.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Playbanco Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião.

Ênfase – Pré-operacional

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia foi constituída em 11 de novembro de 2020 e encontra-se em fase pré-operacional. Até que a Companhia inicie as suas atividades e passe a gerar recursos financeiros suficientes para a manutenção de suas operações, a Companhia depende substancialmente do suporte financeiro de seu acionista controlador. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Riscos inerentes as Securitizadoras

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, as Securitizadoras de Créditos estão expostas a diversos riscos que são inerentes as suas atividades.

Tais riscos conforme mencionados nesta nota, são os relativos aos riscos de Crédito, riscos de taxas de juros e risco de estrutura de capital.

No entanto devido a Companhia estar em período pré-operacional, esses riscos são considerados baixos. A Companhia declara que os fatores de riscos serão avaliados e consequente mitigados apoiado nos controles internos destinados a cobertura destes riscos.

Ênfase – COVID -19

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, referente ao assunto COVID-19, sobre os eventuais impactos do surto de coronavírus (COVID-19). Sobre esse assunto, cabe salientar que a Organização Mundial da Saúde (OMS) se pronunciou oficialmente de que o COVID-19 é uma emergência de saúde.

Tendo em vista que a companhia ainda se encontra em fase pré-operacional diversas questões relacionadas a pandemia podem eventualmente afetar as suas atividades.

Diante do novo cenário para a economia mundial e para o Brasil, com as incertezas relacionadas à pandemia do COVID-19, algumas circunstâncias se refletirão somente nas demonstrações financeiras subsequentes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é a responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando. Deve divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são o de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, e de emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro, e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia, a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, o Diretor Geral e os Diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações anuais completas e com os relatórios dos auditores independentes.

Composição da Diretoria:

Maxwell Medeiros Fernandes - Diretor de Relação com Investidores

Ana Cristina Menezes Ramos Soares - Diretora de Distribuição

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, o Diretor Geral e os Diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações anuais completas e com os relatórios dos auditores independentes.

Composição da Diretoria:

Maxwell Medeiros Fernandes - Diretor Presidente

Ana Cristina Menezes Ramos Soares - Diretora de Distribuição.